



SENADO
FEDERAL

SENADO FEDERAL – 2008

ADVOGADO DO SENADO FEDERAL

ADVOGADO

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Você receberá do fiscal o material descrito a seguir:
 - a) uma folha destinada às respostas das questões objetivas;
 - b) este caderno de prova com cem questões objetivas.
2. Verifique se o material está em ordem, se seu **nome, número de inscrição, cargo e especialidade** são os que aparecem na folha de respostas.
3. Ao receber a folha de respostas, é obrigação do candidato:
 - a) ler atentamente as instruções na folha de respostas;
 - b) assinar a folha de respostas.
4. As questões da prova são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
5. O candidato deverá transcrever as respostas da prova para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.
6. O preenchimento da folha de respostas dar-se-á mediante a utilização de caneta esferográfica de tinta preta ou azul, sendo de inteira responsabilidade do candidato. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
7. Esta prova terá a duração improrrogável de 5 (cinco) horas. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar a folha de respostas.
8. O rascunho do caderno não será levado em consideração.
9. O candidato somente poderá levar consigo o caderno de questões nos últimos 60 (sessenta) minutos da prova.
10. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, entregue a folha de respostas e deixe o local de prova.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Justiça de qualidade

A instalação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em 2005 sinalizou profundas mudanças no Judiciário, até então apontado como o mais hermético e resistente a mudanças entre os três poderes. Foram instituídas normas para proibir o nepotismo nos tribunais e regras para a aplicação do teto remuneratório para coibir os supersalários que recorrentemente escandalizavam a opinião pública.

A correção dos desvios refletiu nova atitude dos magistrados, mais aberta ao diálogo com a sociedade e mais propensa a assimilar construtivamente críticas em relação aos serviços judiciais. Pôs-se fim ao clichê do juiz encastelado em torre de marfim, distante da sociedade.

Tal atitude implicou a busca de maior transparência. Era preciso assegurar ao cidadão amplo acesso a informações sobre o desempenho da Justiça. Essas informações, lamentavelmente, não existiam ou eram imprecisas e defasadas. O Judiciário, na verdade, não se conhecia.

Nesse contexto, a Corregedoria Nacional de Justiça lançou em 2007 o programa Justiça Aberta, um banco de dados com informações na internet (www.cnj.jus.br) atualizadas continuamente, que permite o monitoramento da produtividade judicial pelo próprio Poder Judiciário e pela sociedade. É a prestação de contas que faltava.

Esse autoconhecimento é o ponto de partida para que o Judiciário dê continuidade a mudanças que se reflitam, efetivamente, na qualidade da prestação jurisdicional, que, sabemos, é alvo de insatisfação por parte dos jurisdicionados. A principal das reclamações é a morosidade, muitas vezes associada à impunidade ou não-efetivação da Justiça. Mais de 50% das representações que chegam ao CNJ referem-se a esse problema.

É um problema que atinge desde a primeira instância até os tribunais superiores. Nascido na Constituinte que ampliou os direitos e as garantias do cidadão, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) completará 20 anos no dia 7/4 do ano que vem, com aumento de 8.920% no número de processos julgados. No primeiro ano de funcionamento, julgou 3.700 processos. Em 2007, 330 mil processos.

A progressão geométrica da demanda compromete não só a celeridade, mas a própria missão constitucional do STJ, que é a de uniformizar a interpretação das leis federais.

Chegou-se ao paradoxo em que, por julgar número excessivo de processos, a construção da jurisprudência, que é seu papel maior, ficou em segundo plano. Com uma média anual de 10 mil processos julgados por cada ministro, o complexo ato de julgar corre o risco de se transformar em mero ato mecânico.

Atacar esse mal implica a adoção de um conjunto de ações e iniciativas. A busca da gestão eficiente, certamente, é uma delas. A emenda constitucional 19, de 1998, forneceu importante meio de a sociedade exigir a qualidade dos serviços prestados pelo Estado, ao introduzir a eficiência como um dos princípios da

administração pública. Diagnósticos precisos, planejamento, profissionalismo, soluções criativas, racionalização, enfim, todos os requisitos de uma gestão moderna não são, portanto, apenas desejáveis, mas indispensáveis.

Se a Constituinte de 1988 deu ênfase à segurança jurídica, particularmente à garantia do contraditório e da ampla defesa, em detrimento da celeridade processual, o que se observa hoje é o clamor da sociedade por uma Justiça mais rápida. A emenda constitucional 45, da reforma do Judiciário, refletiu esse anseio ao inserir entre os direitos fundamentais a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade da tramitação. É difícil conciliar esses dois princípios antagônicos: celeridade x segurança.

A demanda por transparência e por celeridade processual exige uma Justiça de qualidade. Esta deve ser buscada não apenas com uma ou duas ações, mas, sim, com múltiplas iniciativas, que passam pela busca de uma gestão mais eficiente, com o aproveitamento racional dos recursos, a capacitação de magistrados e servidores e a racionalização de procedimentos, por avanços na informatização do processo, de acordo com os procedimentos previstos na Lei 11.419/06, pela reforma processual e por tantas outras medidas.

Esse é um desafio a ser enfrentado não apenas pelos dirigentes do Judiciário, mas por todos os partícipes da atividade judicial, sejam eles magistrados, membros do Ministério Público, advogados, servidores, promotores. Somente com a mobilização de todos esses atores é que o Judiciário poderá atender à exigência da sociedade de uma Justiça de qualidade, efetiva e em tempo razoável.

(Cesar Asfor Rocha. Folha de São Paulo, 8 de setembro de 2008.)

1

Assinale a alternativa em que a palavra indicada tenha sido acentuada por regra **distinta** das demais.

- (A) instituídas (L.4) (B) transparência (L.14)
(C) remuneratório (L.6) (D) Judiciário (L.2)
(E) Ministério (L.88)

2

A respeito da análise do texto, analise as afirmativas a seguir:

- I. O texto se desenvolve com um processo argumentativo a fim de defender o tema exposto no título e apresentar caminhos para se alcançar esse fim.
- II. É possível inferir do texto que a transparência aparece como condição para o autoconhecimento do Judiciário, que, por sua vez, constitui a abertura para a mudança a favor do atendimento ao jurisdicionado.
- III. A celeridade processual se revela, segundo o texto, como uma ameaça à segurança da justiça.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(B) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

3

“Chegou-se ao paradoxo em que, por julgar número excessivo de processos, a construção da jurisprudência, que é seu papel maior, ficou em segundo plano.” (L.48-50)
Assinale a alternativa que apresente redação igualmente possível para o trecho acima, sem provocar alteração de sentido.

- (A) Por julgar número excessivo de processos, chegou-se ao paradoxo em que a construção da jurisprudência, que é seu papel maior, ficou em segundo plano.
- (B) Chegou-se ao paradoxo em que a construção da jurisprudência, que é seu papel maior, por julgar número excessivo de processos, ficou em segundo plano.
- (C) Chegou-se ao paradoxo em que a construção da jurisprudência, por julgar número excessivo de processos, que é seu papel maior, ficou em segundo plano.
- (D) Chegou-se ao paradoxo em que, por julgar número excessivo de processos, que é seu papel maior, a construção da jurisprudência ficou em segundo plano.
- (E) Chegou-se ao paradoxo em que, por julgar número excessivo de processos, ficou em segundo plano, que é seu papel maior, a construção da jurisprudência.

4

Assinale a alternativa em que o termo indicado exerça função sintática idêntica à de *regras* (L.5).

- (A) amplo acesso (L.15)
- (B) um banco de dados (L.21-22)
- (C) ao paradoxo (L.48)
- (D) fim (L.12)
- (E) a razoável duração do processo (L.71)

5

“Tal atitude implicou a busca de maior transparência. Era preciso assegurar ao cidadão amplo acesso a informações sobre o desempenho da Justiça. Essas informações, lamentavelmente, não existiam ou eram imprecisas e defasadas. O Judiciário, na verdade, não se conhecia.” (L.14-19)

A respeito do trecho acima, analise os itens a seguir:

- I. Seria igualmente correto, na primeira frase, escrever “implicou na busca”.
- II. O sujeito do primeiro verbo do segundo período é oracional.
- III. *Tal* e *Essas* exercem papel anafórico.

Assinale:

- (A) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (B) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (C) se nenhum item estiver correto.
- (D) se todos os itens estiverem corretos.
- (E) se somente os itens I e III estiverem corretos.

6

“Esta deve ser buscada não apenas com uma ou duas ações, mas, sim, com múltiplas iniciativas, que passam pela busca de uma gestão mais eficiente, com o aproveitamento racional dos recursos, a capacitação de magistrados e servidores e a racionalização de procedimentos, por avanços na informatização do processo, de acordo com os procedimentos previstos na Lei 11.419/06, pela reforma processual e por tantas outras medidas.” (L.76-84)

Assinale a alternativa que apresente pontuação igualmente correta para o trecho acima.

- (A) Esta deve ser buscada não apenas com uma ou duas ações, mas sim, com múltiplas iniciativas, que passam pela busca de uma gestão mais eficiente: com o aproveitamento racional dos recursos; a capacitação de magistrados e servidores e a racionalização de procedimentos; por avanços na informatização do processo, de acordo com os procedimentos previstos na Lei 11.419/06; pela reforma processual e por tantas outras medidas.
- (B) Esta deve ser buscada não apenas com uma ou duas ações, mas sim com múltiplas iniciativas, que passam pela busca de uma gestão mais eficiente: com o aproveitamento racional dos recursos; a capacitação de magistrados e servidores e a racionalização de procedimentos; por avanços na informatização do processo, de acordo com os procedimentos previstos na Lei 11.419/06; pela reforma processual; e por tantas outras medidas.
- (C) Esta deve ser buscada não apenas com uma ou duas ações, mas sim com múltiplas iniciativas, que passam pela busca de uma gestão mais eficiente – com o aproveitamento racional dos recursos, a capacitação de magistrados e servidores e a racionalização de procedimentos –; por avanços na informatização do processo, de acordo com os procedimentos previstos na Lei 11.419/06; pela reforma processual; e por tantas outras medidas.
- (D) Esta deve ser buscada não apenas com uma ou duas ações, mas, sim com múltiplas iniciativas, que passam pela busca de uma gestão mais eficiente – com o aproveitamento racional dos recursos, a capacitação de magistrados e servidores e a racionalização de procedimentos; por avanços na informatização do processo, de acordo com os procedimentos previstos na Lei 11.419/06; pela reforma processual; e por tantas outras medidas.
- (E) Esta deve ser buscada, não apenas com uma ou duas ações mas, sim, com múltiplas iniciativas, que passam pela busca de uma gestão mais eficiente; com o aproveitamento racional dos recursos; a capacitação de magistrados e servidores e a racionalização de procedimentos; por avanços na informatização do processo, de acordo com os procedimentos previstos na Lei 11.419/06; pela reforma processual e por tantas outras medidas.

7

Em *não-efetivação* (L.33), utilizou-se corretamente o hífen.
Das palavras abaixo, somente uma está correta. Assinale-a.

- (A) sócio-ambiental
- (B) tele-reportagem
- (C) macro-encefalia
- (D) trans-humano
- (E) sub-reptício

8

“Se a Constituinte de 1988 deu ênfase à segurança jurídica, particularmente à garantia do contraditório e da ampla defesa, em detrimento da celeridade processual, o que se observa hoje é o clamor da sociedade por uma Justiça mais rápida.” (L.65-69)

No trecho acima, encontram-se:

- (A) sete complementos nominais.
- (B) cinco complementos nominais.
- (C) quatro complementos nominais.
- (D) seis complementos nominais.
- (E) três complementos nominais.

9

Por *transparência* (L.14), **não** se pode entender:

- (A) diafaneidade.
- (B) translucidez.
- (C) cristalinidade.
- (D) perspicuidade.
- (E) crassidade.

10

Assinale a alternativa em que a palavra tenha sido formada por processo **distinto** das demais.

- (A) autoconhecimento (L.27)
- (B) supersalários (L.7)
- (C) geométrica (L.44)
- (D) insatisfação (L.30)
- (E) imprecisas (L.18)

As questões de 11 a 14 referem-se ao *Manual de Redação da Presidência da República* e ao *Manual de Elaboração de Textos do Senado Federal*.

11

Com base nos manuais citados, analise as afirmativas a seguir:

- I. Ao elaborar pronunciamentos, proposições legislativas, pareceres, estudos ou notas técnicas, o consultor há de ter em mente que o texto a redigir deve ser compreendido e aprovado pelo destinatário, mesmo porque resulta, quase sempre, de solicitação por este formulada. Daí a necessidade de uma interação equilibrada e harmoniosa entre a Consultoria e quem lhe solicita o trabalho.
- II. Se o uso sistemático de figuras de retórica é admissível nas peças literárias e nos discursos, que amiúde se utilizam de linguagem refinada e grandiloquente, ele se revela inadequado à redação de textos técnicos e legais, que devem primar pela clareza e objetividade.
- III. O princípio constitucional da publicidade, que também rege a feitura das leis, está longe de esgotar-se na mera publicação do texto, estendendo-se, ainda, ao alcance delas por todo e qualquer cidadão.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

12

Com base nos manuais citados, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Devem-se escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado em todo o território nacional ou na maior parte dele, evitando o emprego de expressões regionais ou locais.
- (B) É necessário articular a linguagem comum ou técnica para a perfeita compreensão da idéia veiculada no texto.
- (C) É necessário usar as palavras e expressões em seu sentido comum, salvo quando o assunto for de natureza técnica, hipótese em que se empregarão a nomenclatura e terminologia próprias da área.
- (D) Preferencialmente deve-se manifestar o pensamento ou a idéia com as mesmas palavras, podendo-se empregar a sinonímia com propósito estilístico.
- (E) Deve-se atentar para a construção de orações na ordem direta, evitando preciosismos, neologismos, intercalações excessivas, jargão técnico, lugares-comuns, modismos e termos coloquiais.

13

Contemporaneamente, os fechos para comunicação, com base nos manuais citados, são:

- (A) somente “atenciosamente” e “respeitosamente”.
- (B) preferencialmente “atenciosamente” e “cordialmente”.
- (C) somente “cordialmente” e “respeitosamente”.
- (D) preferencialmente “cordialmente” e “respeitosamente”.
- (E) somente “atenciosamente” e “cordialmente”.

14

Com base nos manuais citados, analise as afirmativas a seguir:

- I. No caso de minuta de proposição legislativa, a escrita dos numerais obedece ao disposto no art. 11, II, f, da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998. Assim, deve-se grafar sempre por extenso toda e qualquer referência a número e percentual.
- II. Na hipótese da elaboração de discursos e outros textos destinados à leitura em voz alta, a grafia dos numerais é feita com a apresentação algébrica dos numerais, não se permitindo o emprego de combinações, como a que ocorre em “10 mil e 300 pessoas”.
- III. Em textos técnicos grafam-se por extenso os numerais expressos num único vocábulo e em algarismos aqueles que exigem mais de uma palavra para serem veiculados.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

LÍNGUA INGLESA

Read text I and answer question 15.

Text I

Aug 28th 2008

From *The Economist* print edition

Of all the tedious tasks that lawyers have to do, time-recording is perhaps the most deadly. Private-practice lawyers account for their time in increments of 15 minutes, or even five or six minutes at some firms, and then send the bill to clients. This structure has been in place for decades. But cost-cutting has put a squeeze on companies' legal budgets, and there is growing interest in doing away with the “billable hour” approach in favour of other pricing schemes.

(http://www.economist.com/business/displaystory.cfm?story_id=12010385)

15

As regards the “billable hour” approach, we are informed that companies feel like

- (A) revamping it.
- (B) getting rid of it.
- (C) resuming it.
- (D) bringing it back.
- (E) endorsing it.

Read text II and answer questions 16 to 20.

Text II

When we think about people who have law degrees, we envision lawyers arguing cases in courtrooms full of drama and publicity, grilling witnesses and arguing with the judge. In reality, most lawyers, or attorneys, rarely see the inside of a courtroom, and those that do are typically involved in more common court proceedings such as DWI (driving while intoxicated and theft cases. For every hour spent in the courtroom, many more are spent doing research, conducting interviews, or writing documents in preparation for litigation. Being an attorney requires excellent communication skills, but it also involves a great deal of paperwork and red tape. Some people with a law degree don't practice law at all. A law degree opens many doors in the legal field.

15 What Do Lawyers Do?

Most often people with a law degree pursue careers as lawyers. A lawyer, also called an attorney, has extensive training to help them understand and interpret the laws of countries, states, and municipalities. Their primary role is to provide guidance to others in regards to what is lawful and what the punishment should be if someone breaks the law.

A criminal lawyer works with the court system, either as a prosecutor who pursues charges against people and organizations accused of breaking the law, or as a defense attorney who helps those accused represent themselves in the legal process. But there are many other areas in which lawyers can specialize.

(http://www.unixl.com/dir/law_and_legal_studies/law_degree/)

16

In the first paragraph, imagination and reality

- (A) mesh.
- (B) fuse.
- (C) crack.
- (D) blend.
- (E) clash.

17

When you grill someone as in “grilling witnesses” (line 3) this means that the action is performed

- (A) hastily.
- (B) for a long time.
- (C) recklessly.
- (D) with energy.
- (E) rationally.

18

The underlined word in “Being an attorney requires” (lines 10 and 11) means

- (A) demands. (B) challenges.
(C) displays. (D) resumes.
(E) develops.

19

In “driving while intoxicated” (line 7) **while** has the same function as the underlined word in

- (A) She waited for a while before she pronounced the sentence.
(B) He is used to pronouncing lenient sentences once in a while.
(C) They while away their time before entering the courtroom.
(D) While one drives on the left here, one does not in England.
(E) He pronounced the sentence while the prisoner waited.

20

The word **either** in “either as a prosecutor” (lines 23 and 24) makes the reader anticipate the occurrence of a(n)

- (A) addition.
(B) contrast.
(C) alternative.
(D) consequence.
(E) conclusion.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Administrativo

21

Em relação ao processo administrativo genérico, regulado pela Lei 9.784/99, é certo afirmar que:

- (A) a Administração não pode cobrar por despesas processuais, sendo, inclusive, inconstitucional a lei que acaso permitisse tal cobrança.
(B) as normas dos processos administrativos específicos, no que toca à densidade de incidência normativa, aplicam-se subsidiariamente no processo genérico, quando forem de ordem pública.
(C) o órgão competente para decidir o recurso administrativo pode agravar a situação do recorrente, mas, antes da decisão, deve cientificá-lo do fato e permitir que ofereça as alegações de seu interesse.
(D) a decadência do direito da Administração de anular seus próprios atos administrativos ocorre irrestritamente em 5 (cinco) anos quando deles se originam efeitos patrimoniais contínuos.
(E) o administrador público deve motivar minuciosamente seus atos, indicando os fatos e fundamentos jurídicos, quando, dentre outros casos, se tratar de decisão de recursos administrativos e de intimação por meio de publicação oficial.

22

Das afirmativas a seguir, uma está **errada**. Assinale-a.

- (A) Pode ser dispensada a licitação para a contratação de serviços que se destinem a atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras voltadas a operações de paz no exterior.
(B) O novo convite que tenha objeto idêntico ao do convite anterior só exige a participação de outro interessado, havendo mais de 3 (três) interessados na praça, no caso de existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações.
(C) Todas as hipóteses de inexigibilidade de licitação, sem exceção, devem ser devidamente justificadas e comunicadas à autoridade superior competente dentro de 3 (três) dias, para ratificação e publicação na imprensa oficial no prazo de 5 (cinco) dias.
(D) Uma vez habilitados os participantes numa tomada de preços, poderá ocorrer a desclassificação de um ou alguns deles quando as propostas estejam dissonantes do ato convocatório da licitação, ou quando nelas constarem preços com valor global acima do limite estabelecido ou com valores manifestamente inexecutáveis.
(E) Por força do princípio da unicidade do julgamento, a Comissão de Licitação, na respectiva sessão, deve conceder aos candidatos inabilitados, logo após a abertura das propostas dos habilitados, a oportunidade de recorrer contra a inabilitação e apresentar suas razões de recurso.

23

Analise as seguintes afirmativas:

- I. Se o bem público está sendo utilizado por entidade privada para a execução de serviço público, por delegação, não pode qualificar-se como bem de uso especial.
- II. É inconstitucional a lei orgânica que permita a doação de bens dominicais do Município, ainda que fixadas condições para tal fim.
- III. Os bens móveis, pertencentes a pessoas jurídicas de direito público, também estão alcançados pela prerrogativa da imprescritibilidade.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(D) se apenas a afirmativa I estiver correta.
(E) se apenas a afirmativa III estiver correta.

24

No que diz respeito à intervenção do Estado na propriedade, é correto afirmar que:

- (A) a validade da desapropriação indireta pressupõe que o Chefe do Poder Executivo do ente federativo tenha expedido previamente o decreto expropriatório.
- (B) a competência para declarar a utilidade pública com vistas à desapropriação restringe-se às pessoas políticas integrantes da federação.
- (C) na servidão administrativa, a regra geral é que a indenização seja paga *a posteriori*, visto tratar-se de direito pessoal em favor do titular da propriedade.
- (D) a desapropriação urbanística pode não caracterizar-se como sancionatória, como é a hipótese em que o Poder Público implementa a revitalização de certas áreas urbanas.
- (E) na desapropriação, a transferência da propriedade se concretiza por aquisição derivada, conforme entendimento doutrinário dominante, e isso porque há sempre a titularidade prévia da propriedade.

25

Das afirmativas a seguir, apenas uma está correta. Assinale-a.

- (A) O regime especial que incide sobre as autarquias qualificadas como agências reguladoras decorre do fato de que todo o perfil jurídico-organizacional dessas entidades está contemplado na lei instituidora.
- (B) Empresa pública, instituída sob forma societária, admite que sociedade de economia mista ou outra empresa pública, entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, participem de seu capital social.
- (C) Sentenças proferidas contra autarquias dispensam o oferecimento de recurso voluntário, em virtude de sua obrigatória sujeição ao duplo grau de jurisdição por meio da remessa *ex officio* do processo ao tribunal de instância superior.
- (D) As fundações governamentais de direito público não estão abrangidas pela prerrogativa da imunidade tributária, relativa aos impostos sobre a renda, o patrimônio e os serviços federais, estaduais e municipais, vinculados a suas finalidades essenciais.
- (E) Não se considera sociedade de economia mista a sociedade anônima cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, a uma outra pessoa, qualificada como sociedade de economia mista, ainda que a instituição daquela tenha sido autorizada por lei.

26

Das afirmativas a seguir, uma está **errada**. Assinale-a.

- (A) Constitui cláusula necessária do contrato administrativo a indicação da legislação aplicável à sua execução e aos casos omissos no instrumento contratual.
- (B) No caso de suspensão da execução do contrato determinada pela Administração por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, ressalvadas algumas exceções, tem o contratado direito a postular a rescisão do contrato por culpa do ente contratante.
- (C) Configura-se como cláusula exorbitante dos contratos administrativos aquela em que esteja expresso o poder da Administração de fiscalizar a sua execução.
- (D) Na hipótese de contrato de compras, pode a alteração contratual, como regra, exceder o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, desde que haja acordo expresso firmado pelos contratantes.
- (E) Se a rescisão contratual tiver por fundamento razões de interesse público, tem o contratado o direito à indenização por perdas e danos, inclusive o reembolso relativo ao custo da desmobilização.

27

Em matéria de servidor público, é correto afirmar que:

- (A) os litígios de que participem servidores temporários contratados pelo regime especial devem ser processados e julgados na Justiça do Trabalho.
- (B) no regime estatutário federal, a recondução, a remoção e a redistribuição são formas de provimento derivado, em virtude das alterações funcionais decorrentes de tais atos.
- (C) se afigura juridicamente inviável a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, bem como de mais de uma unidade gestora do respectivo regime, ressalvado o regime adotado para os integrantes das Forças Armadas.
- (D) não há óbice a que o servidor estatutário titular de cargo efetivo perceba remuneração acumulada com o salário pago por sociedade de economia mista de ente diverso, desde que o servidor, em ambas as hipóteses, tenha sido aprovado previamente em concurso público.
- (E) no regime estatutário federal, constituem causas de demissão, entre outras, a inassiduidade habitual, a oposição injustificada ao andamento de processo e a insubordinação grave em serviço.

28

Em relação aos atos administrativos, considera-se **errôneo** afirmar que:

- (A) o requisito da competência administrativa, por seu caráter vinculado, é insuscetível de convalidação.
- (B) a revogação rende ensejo a que o administrador proceda à valoração da conveniência e da oportunidade da retirada do ato.
- (C) atos contaminados de vício de legalidade podem não ser anulados, em nome do princípio da segurança jurídica.
- (D) podem ostentar caráter normativo, a despeito de estarem em posição subjacente à lei.
- (E) licenças, a despeito de serem atos normalmente vinculados, podem ser revogadas em situações específicas.

29

Análise as seguintes afirmativas:

- I. No caso de improbidade administrativa em que haja enriquecimento ilícito ou lesão ao patrimônio público, o sucessor do autor da conduta está sujeito às sanções previstas na Lei 8.429/92 até o limite do valor da herança.
- II. Na ação de improbidade administrativa devem figurar como réus, em litisconsórcio passivo, o servidor responsável pelo ato, o terceiro que concorreu para o resultado e a pessoa jurídica a que pertence o servidor.
- III. A revelação a terceiros de fato sigiloso de que o servidor tenha ciência em virtude de suas atribuições somente pode enquadrar-se como ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

30

Em relação a concessões é correto afirmar que:

- (A) no caso de inexecução total ou parcial do contrato de concessão de serviço público pelo concedente, poderá o concessionário obter judicialmente a decretação da caducidade da concessão.
- (B) as parcerias público-privadas configuram-se como contratos de concessão e, além da impossibilidade de serem celebradas por período inferior a cinco anos, é também ilegítimo que a execução de obra pública seja seu objeto único.
- (C) as diferenças básicas entre a concessão de serviços públicos e a permissão de serviços públicos situam-se na natureza jurídica do ajuste e na prerrogativa de rescisão unilateral do contrato.
- (D) a parceria público-privada sob a modalidade de concessão administrativa enseja o pagamento de tarifas por terceiros, ainda que a usuária direta ou indireta da execução da obra seja a Administração Pública.
- (E) o serviço de abastecimento de água tratada à população, quando executado sob regime de concessão, é, em regra, insuscetível de suspensão no caso de falta de pagamento da tarifa pelo usuário, tendo em vista sua natureza de serviço essencial.

Direito Constitucional**31**

A respeito do catálogo de direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. A todos é assegurado o direito de reunião, para fins pacíficos, em locais abertos ao público, independentemente de autorização e de aviso prévio à autoridade competente.
- II. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação de autoridade judicial ou de Presidente de Comissão Parlamentar de Inquérito.
- III. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- IV. A apreciação pelo Poder Judiciário de lesão ou ameaça a direito será assegurada na forma e observados os limites previstos em lei complementar.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (D) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

32

A respeito do catálogo de direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Constituição assegura o direito de permanecer calado apenas ao preso, quando interrogado por autoridade policial.
- (B) As provas obtidas por meios ilícitos são inadmissíveis apenas nos processos criminais, podendo ser utilizadas sem restrições nos processos judiciais cíveis e administrativos.
- (C) Por força do princípio da presunção da inocência, a prisão do réu decretada por juiz anteriormente à condenação transitada em julgado terá sempre natureza cautelar.
- (D) É possível a criação de tribunal de exceção para julgar crimes de terrorismo, na forma da lei.
- (E) O contraditório e a ampla defesa não são assegurados em procedimentos administrativos disciplinares se o servidor permanecer revel.

33

A respeito dos direitos políticos regidos na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- (A) Lei complementar poderá estabelecer outros casos de inelegibilidade além dos previstos na Constituição.
- (B) Apenas os brasileiros natos são elegíveis, não podendo se candidatar a cargos eletivos os estrangeiros residentes no Brasil e os brasileiros naturalizados.
- (C) Os analfabetos podem se alistar como eleitores e se candidatar apenas a cargos eletivos no âmbito do Poder Legislativo.
- (D) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, apenas mediante plebiscito e referendo popular.
- (E) Serão admitidas candidaturas de brasileiros que não sejam filiados a partidos políticos, excepcionalmente, na forma de lei complementar.

34

Sobre a repartição constitucional de competências dos entes federativos, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei.
- (B) Compete privativamente à União legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- (C) Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre direito tributário, eleitoral, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- (D) Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto.
- (E) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

35

Assinale, dentre as matérias abaixo relacionadas, incluídas na competência legislativa do Congresso Nacional, aquelas em que **não** se exige a sanção do Presidente da República.

- (A) organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios
- (B) tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional
- (C) matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações
- (D) criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas
- (E) concessão de anistia

36

A respeito do regime constitucional de organização dos partidos políticos, analise as afirmativas a seguir:

- I. A norma constitucional que assegura autonomia aos partidos políticos para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, por ter sido instituída por emenda constitucional, só passou a ser aplicada decorrido um ano da data de sua vigência.
- II. É assegurado aos partidos políticos o recebimento de financiamento por parte de entidades estrangeiras, desde que tais recursos sejam declarados anualmente perante o Tribunal Superior Eleitoral.
- III. Os partidos políticos que não obtiverem em cada eleição para a Câmara dos Deputados no mínimo cinco por cento de votos apurados, distribuídos em pelo menos um terço dos Estados, não terão direito a receber recursos do fundo partidário.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

37

A respeito do regime constitucional de intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. Decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará interventor, será submetido à apreciação do Senado Federal, no prazo de vinte e quatro horas.
- II. Se a intervenção tiver sido decretada para prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial, fica dispensada a apreciação do decreto de intervenção pelo Poder Legislativo.
- III. Se a intervenção tiver sido decretada para repelir invasão estrangeira, poderá o Presidente da República deixar de submeter o decreto de intervenção ao Poder Legislativo, desde que invoque a ocorrência de grave risco iminente à preservação da integridade territorial e à soberania do Estado Brasileiro.
- IV. A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para assegurar a observância da aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.

38

A respeito do regime constitucional de livre nomeação de servidores não concursados para cargos em comissão, no âmbito da administração pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) A vedação da nomeação, pela autoridade competente, de seus próprios parentes para exercício de cargo em comissão, se aplica exclusivamente ao Poder Judiciário, por força da existência de regra constitucional proibitiva específica.
- (B) A Constituição, em se tratando de cargos públicos de livre nomeação, não estabelece qualquer limitação relacionada ao grau de parentesco porventura existente entre a pessoa nomeada e algum agente público.
- (C) A proibição de nomeação de parentes de parlamentares para cargos em comissão ou de confiança no âmbito do Poder Legislativo depende da aprovação de lei específica ou ainda de previsão nos regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (D) No regime da Constituição Federal de 1988, as funções de confiança e os cargos em comissão devem ser exercidos obrigatoriamente por servidores de carreira, ou seja, servidores que ocupem cargos efetivos após aprovação em concurso público, no âmbito do respectivo órgão.
- (E) A proibição de nomeação de cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, decorre dos princípios da moralidade e impessoalidade da administração pública, consagrados na Constituição Federal.

39

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios listados nas alternativas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) legalidade
- (B) impessoalidade
- (C) publicidade
- (D) irrevogabilidade
- (E) eficiência

40

Não é limitação constitucional do poder de tributar a proibição de:

- (A) conferir tratamento desigual a contribuintes que estejam em situação equivalente.
- (B) instituir ou majorar tributo por medida provisória.
- (C) cobrar tributo em relação a fatos geradores ocorridos anteriormente à lei que o instituiu ou majorou.
- (D) cobrar tributo com efeito de confisco.
- (E) instituir impostos sobre templos de qualquer culto.

41

A respeito do processo legislativo, analise as afirmativas a seguir:

- I. Podem apresentar proposta de emenda à Constituição Federal: o Presidente da República; um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; e mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades de federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros. A proposta de emenda à Constituição será submetida à discussão e votação em cada casa legislativa, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver três quintos de votos favoráveis dos membros de cada casa.
- II. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias. O Presidente da República poderá reeditar medida provisória que não tenha sido apreciada pelo Congresso Nacional, desde que ainda estejam presentes os requisitos da relevância e urgência. Após a quinta reedição, a medida provisória não apreciada será havida como rejeitada, cabendo ao Presidente da República, por decreto, regular as relações jurídicas dela decorrentes.
- III. Os projetos de lei de iniciativa do Presidente da República com pedido de urgência na tramitação devem ser apreciados, inicialmente pela Câmara dos Deputados, e depois pelo Senado Federal, no prazo sucessivo de quarenta e cinco dias. Ultrapassado tal prazo, ficam sobrestadas as demais deliberações legislativas da respectiva casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação. Os prazos de quarenta e cinco dias não correm nos períodos de recesso do Congresso nacional.
- IV. O projeto de lei que tenha sido aprovado nas duas casas legislativas será encaminhado ao Presidente da República para sanção. Se o chefe do Poder Executivo considerar o projeto inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento. A Constituição proíbe o veto parcial do projeto, em razão do risco de desvirtuamento decorrente da supressão de apenas alguns artigos da lei aprovada. O veto poderá ser derrubado em sessão conjunta das casas legislativas, pelo voto secreto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se apenas a afirmativa I estiver correta.

42

A respeito das comissões parlamentares de inquérito, assinale a afirmativa correta.

- (A) As comissões parlamentares de inquérito dispõem de competência constitucional para ordenar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas sob investigação do Poder Legislativo, mas devem fundamentar adequadamente a decisão de quebra.
- (B) As comissões parlamentares de inquérito podem decretar monitoramento telefônico, desde que presentes os requisitos da lei 9296/96. A decisão será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo, uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.
- (C) As comissões parlamentares de inquérito podem decretar a indisponibilidade de ativos financeiros das pessoas investigadas, por voto da maioria absoluta de seus membros.
- (D) O direito de não se auto-incriminar não se aplica às comissões parlamentares de inquérito. Todas as pessoas convocadas devem prestar compromisso de dizer a verdade aos membros da comissão, antes do início do depoimento.
- (E) As decisões tomadas por maioria absoluta dos membros das comissões parlamentares de inquérito não estão sujeitas a controle judicial, em razão do princípio constitucional da independência dos poderes.

43

A imunidade parlamentar material prevista no art. 53, *caput*, da Constituição Federal assegura:

- (A) que os Deputados e Senadores não sejam processados civil e criminalmente por opiniões, palavras e votos proferidos exclusivamente dentro do parlamento, desde que haja conexão entre a ofensa irrogada e o exercício do mandato.
- (B) que os Deputados e Senadores não sejam processados civil e criminalmente por opiniões, palavras e votos proferidos dentro ou fora do parlamento, desde que haja conexão entre a ofensa irrogada e o exercício do mandato.
- (C) que os Deputados e Senadores não sejam processados criminalmente por opiniões, palavras e votos proferidos dentro ou fora do parlamento, desde que haja conexão entre a ofensa irrogada e o exercício do mandato. A prerrogativa não impede que os parlamentares sejam civilmente processados pela vítima da ofensa.
- (D) que os Deputados e Senadores sejam processados criminalmente apenas pelos crimes de injúria e difamação. A prerrogativa não impede processo criminal por calúnia, mesmo que a ofensa tenha sido irrogada dentro do parlamento e esteja relacionada com o exercício do mandato.
- (E) que processos cíveis e criminais decorrentes de opiniões, palavras e votos proferidos pelos Deputados e Senadores dentro do parlamento fiquem automaticamente suspensos enquanto durar o mandato legislativo, ficando também suspenso o curso do prazo prescricional.

44

A respeito da composição e competência legislativa do Senado Federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles. Presidirá a sessão de julgamento o Presidente do Supremo Tribunal Federal e a condenação à perda do cargo com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, somente será proferida por dois terços dos votos dessa casa legislativa.
- II. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Cada Estado e Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos. A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
- III. Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Magistrados, nos casos estabelecidos na Constituição, Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República, Governador de Território, Presidente e diretores do Banco Central, Procurador Geral da República e titulares de outros cargos que a lei determinar.
- IV. Compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

45

A respeito do novo requisito de admissibilidade do recurso extraordinário pertinente à necessidade de demonstração da repercussão geral das questões constitucionais discutidas (art. 102, § 3º da Constituição Federal), assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.
- (B) O relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do regimento interno do Supremo Tribunal Federal.
- (C) O *quorum* para inadmissão do recurso extraordinário por falta do requisito da repercussão geral é de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Quando houver multiplicidade de recursos extraordinários com fundamento em idêntica controvérsia, o tribunal de origem selecionará um ou mais recursos e os remeterá ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte. Negada a existência da repercussão geral os recursos extraordinários sobrestados serão considerados não admitidos.
- (E) Reconhecida pelo STF a repercussão geral e julgado o mérito do recurso considerado como *leading case*, os demais tribunais estão obrigados a dar idêntica solução aos recursos extraordinários fundados em idêntica controvérsia. Em nenhuma hipótese, recursos extraordinários que versem sobre matéria já decidida pelo STF poderão ser encaminhados para aquela Corte. A recusa dos desembargadores de instâncias inferiores em aplicar a decisão do STF a casos idênticos pode configurar falta disciplinar, a ser apurada no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, por provocação do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Direito Civil**46**

Com relação às obrigações, assinale a afirmativa correta.

- (A) As sociedades de fato podem demandar ou serem demandadas em questões obrigacionais, salvo quando a lide versar sobre a própria existência da sociedade.
- (B) A obrigação subsiste em favor de pessoas e entidades presentes, não podendo ser engendrada em relação a pessoas ou entidades futuras.
- (C) O credor deve ser sempre individuado em uma relação obrigacional, consistindo vício que afeta a essência da obrigação a falta de identificação clara do credor.
- (D) As obrigações ambulatorias são aquelas em que o devedor pode ser ulteriormente determinado.
- (E) O objeto da obrigação, que representa o objeto do contrato, deve ser sempre lícito e possível.

47

Solange de Paula move ação anulatória em face do Hospital das Clínicas. Ocorre que, necessitando internar seu marido, não encontrou vaga no SUS, logrando êxito em conseguir a internação em hospital da rede privada, não integrante da rede SUS. O hospital exigiu o depósito de R\$ 3,5 mil para a internação e mais R\$ 360,00 para exames. Entregues os cheques, após o atendimento, Carmem ingressou em juízo para anular o negócio jurídico. Assinale o melhor fundamento para sua pretensão.

- (A) onerosidade excessiva
- (B) lesão
- (C) estado de perigo
- (D) enriquecimento sem causa
- (E) *venire contra factum proprium*

48

Francisco (68) e Adair Souza (67), pais de Roberto Souza, ingressam em juízo em face do filho, pleiteando alimentos de R\$ 2 mil. Em sua resposta, o filho alega que só poderia arcar com alimentos de R\$ 1 mil e requer que seja chamada à lide sua irmã, Clarice. A obrigação dos filhos de Francisco e Adair, com relação a prestar alimentos aos pais, é:

- (A) conjunta.
- (B) solidária.
- (C) subsidiária.
- (D) concomitante.
- (E) subseqüente.

49

Em relação à fraude, avalie as afirmativas a seguir, atribuindo V para verdadeiro e F para falso.

- () A fraude contra credores representa a frustração do direito potestativo do credor em receber o que lhe é devido.
- () O *animus* de prejudicar não é elemento constitutivo da fraude contra credores.
- () Para que a fraude à execução possa ser reconhecida é indispensável haver uma lide proposta.
- () Para o reconhecimento da fraude contra credores é necessário propor a ação pauliana.
- () A fraude à execução tem como consequência a anulabilidade do ato fraudulento.

Assinale a seqüência correta de cima para baixo.

- (A) V – F – V – F – V (B) F – F – V – V – F
- (C) F – V – V – F – F (D) F – V – F – V – F
- (E) V – V – F – V – F

50

Na sistemática do Novo Código Civil, se o erro é escusável, o negócio:

- (A) prevalecerá.
- (B) será declarado nulo.
- (C) poderá ser anulado.
- (D) será tido por inexistente.
- (E) fica sujeito à ratificação.

Direito Processual Civil

51

A expedição de carta de ordem para que o Juiz de Primeiro Grau cumpra determinado ato é **exceção** ao princípio:

- (A) da demanda.
- (B) da indeclinabilidade.
- (C) da indelegabilidade.
- (D) da inércia.
- (E) do duplo grau.

52

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Nas obrigações de dar, o Estado poderá fazer que se cumpra por meio de sub-rogação, tomando a coisa do patrimônio do devedor e a entregando ao credor.
- (B) Nas obrigações de fazer de natureza fungível, há possibilidade de substituição da prestação do devedor, pela de terceiro, às expensas daquele.
- (C) Nas obrigações de fazer de caráter infungível, é obrigatório o pedido cominatório, cujo meio é a imposição de pena pecuniária com caráter punitivo.
- (D) A astreinte deve ser compatível e suficiente para que o devedor se sinta constrangido a cumprir a obrigação que firmou.
- (E) A medida coercitiva nas obrigações de fazer não substitui o cumprimento da obrigação, sendo considerada medida de apoio.

53

Havendo processo que está em fase recursal (apelação) pretende a parte apelante distribuir demanda que reputa conexa, por dependência, antes da subida dos autos ao tribunal. No caso a pretensão:

- (A) é possível, desde que a segunda demanda guarde efetiva identidade com a primeira.
- (B) necessita que o recurso não tenha sido encaminhado à Câmara.
- (C) é permitida desde que exista identidade de causa de pedir entre as ações.
- (D) é inviável, em função de já ter sido produzida a prova na ação que foi julgada.
- (E) é incabível, por não haver conexão em processos que estejam em instâncias distintas.

54

A pendência de uma lide sobre determinado bem acarreta sua:

- (A) inalienabilidade.
- (B) impenhorabilidade.
- (C) indisponibilidade.
- (D) litigiosidade.
- (E) intransmissibilidade.

55

Quando o terceiro intervém no processo para discutir a relação jurídica da parte, por ter vínculo de direito conexo e dependente com o deduzido em juízo, haverá:

- (A) litisconsórcio.
- (B) assistência.
- (C) oposição.
- (D) intervenção de terceiro prejudicado.
- (E) intervenção *iussu iudicis*.

Direito do Consumidor

56

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, a cobrança indevida acarreta o direito de o consumidor:

- (A) obter indenização correspondente ao dobro do valor cobrado indevidamente, independente do efetivo pagamento.
- (B) ser restituído do valor pago em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, na hipótese de engano justificável do credor.
- (C) receber pagamento em dobro do valor demandado, salvo a hipótese de justificável engano do credor.
- (D) pleitear indenização por perdas e danos materiais e morais, fixada pela lei no valor igual ao dobro do que foi indevidamente cobrado.
- (E) ser indenizado por perdas e danos materiais e morais somente nos casos em que o consumidor prove o efetivo pagamento do valor indevido.

57

A elevação sem justa causa do preço de produtos ou serviços constitui uma prática comercial abusiva:

- (A) caso o fornecedor anuncie anteriormente oferta pública do preço com prazo não determinado.
- (B) quando não houver cláusula contratual estabelecendo regra que permita ao fornecedor, direta ou indiretamente, aumentar o preço de maneira unilateral.
- (C) quando o regime de preços do fornecimento estiver sujeito a controle ou a tabelamento.
- (D) após a contratação ou após a aceitação da oferta tendente à contratação.
- (E) em todos os casos, uma vez que a regra estabelecida no Código de Defesa do Consumidor não faz qualquer ressalva.

58

A exclusão de responsabilidade do fornecedor **não** pode ser alegada com fundamento na:

- (A) inexistência denexo causal.
- (B) superveniência de caso fortuito ou força maior.
- (C) culpa exclusiva do consumidor.
- (D) culpa exclusiva de terceiros.
- (E) inexistência de defeito na prestação de serviço.

59

A responsabilidade civil do profissional liberal poderá não ser apurada mediante verificação de culpa, a depender:

- (A) da inversão do ônus da prova do nexode causalidade do dano com o serviço.
- (B) de o serviço ser prestado efetivamente com a característica *intuito personae*.
- (C) de o profissional não ter constituído sociedade profissional.
- (D) de a atividade exercida ser de meio ou de fim.
- (E) de a atividade conter elementos típicos de serviço de massa.

Direito Eleitoral

60

Determinado aspirante a vereador, com condenação criminal transitada em julgado, porém com pedido de revisão criminal em curso, é:

- (A) elegível, ante a pendência da decisão na revisão criminal que visa à nulidade do julgamento.
- (B) inelegível, pois há sentença condenatória que transitou em julgado.
- (C) inalistável, visto que teve seus direitos políticos cassados com a condenação criminal.
- (D) alistável e elegível, até que a revisão criminal transite em julgado.
- (E) inalistável, porém elegível em função da propositura da revisão criminal.

61

Sargento Silva, com mais de 10 anos de atividade na carreira, requereu afastamento a fim de candidatar-se ao cargo de deputado estadual. A licença lhe foi concedida com prejuízo do soldo, sendo-lhe subtraída a verba descrita como gratificação de tropa, que sempre lhe foi paga e que corresponde a 80% do valor percebido. Essa decisão:

- (A) fere direito líquido e certo do sargento em receber o soldo integral.
- (B) encontra respaldo no texto constitucional, visto que se trata de militar.
- (C) é legal, visto que o militar agregado é considerado como licenciado para fins particulares.
- (D) é ilegal, visto que o militar agregado tem os mesmos direitos que os civis, quando concorre em processo eleitoral.
- (E) é válida, visto que a gratificação de tropa só deve ser paga para os militares na ativa.

62

Havendo conexão entre crime comum e outro eleitoral, a competência é do(a):

- (A) Justiça Comum.
- (B) Justiça Federal.
- (C) Justiça Militar.
- (D) Justiça Eleitoral.
- (E) Superior Tribunal de Justiça.

63

Determinado postulante a uma função eletiva desfilou-se de antigo partido e ingressou em outro partido. A comunicação foi feita exclusivamente ao partido político. O registro de sua candidatura é:

- (A) possível, bastando que regularize sua situação e, concomitantemente, faça a comunicação de sua anterior desfiliação ao Juízo Eleitoral.
- (B) sujeito à condição suspensiva, pois pende a questão da desfiliação na Justiça Eleitoral.
- (C) inviável, ante a duplicidade de filiação partidária, pela ausência de comunicação à Justiça Eleitoral.
- (D) sujeito à condição resolutiva, por ter o candidato comunicado ao novo partido sua anterior filiação.
- (E) inviável, ante o prazo peremptório de 10 dias para fazer a comunicação da desfiliação à Justiça Eleitoral.

Direito Financeiro e Tributário**64**

Assinale a afirmativa correta.

- (A) As garantias do crédito tributário não estão sujeitas ao princípio da reserva legal.
- (B) O princípio da anterioridade é uma regra de vigência, que impede que a lei seja aplicada antes do próximo exercício fiscal.
- (C) Matéria tributária não está sujeita à iniciativa legislativa privativa.
- (D) O princípio do não-confisco deve considerar a incidência específica de cada tributo.
- (E) A vedação às isenções heterônomas impede a concessão de isenções em tratados internacionais.

65

É tributo contraprestacional:

- (A) a CSLL.
- (B) o IRPJ.
- (C) a COFINS.
- (D) a contribuição para o CREA.
- (E) a taxa judiciária.

66

Em determinado município houve a cobrança de IPTU sobre área que a Sociedade da Igreja de São Jorge utiliza como cemitério. Essa cobrança:

- (A) é legal, pois a norma imunizante inscrita no artigo 150, VI, b refere-se tão-somente aos templos de qualquer natureza.
- (B) é constitucional, pois a imunidade do artigo 150, VI, “b” só compreende os templos e a casa do celebrantes.
- (C) é inconstitucional, por ferir o disposto no artigo 150, VI, “b”, que protege a liberdade de expressão religiosa.
- (D) é válida, se ficar provado que há recursos arrecadados com a exploração do cemitério.
- (E) é ineficaz, em face da isenção de que os templos gozam, bem como todas as atividades relacionadas à liberdade religiosa.

67

Havendo antinomia entre norma de tratado internacional e norma de lei interna, mais recente, a questão se resolve:

- (A) pela prevalência da lei interna, com indenização aos prejudicados.
- (B) pela revogação da lei interna, sem indenização aos prejudicados.
- (C) pela revogação do tratado, com indenização aos eventuais prejudicados.
- (D) pelo critério da especificidade da matéria, adotando-se a norma mais completa para solução do caso.
- (E) pela prevalência do tratado, com indenização eventual aos prejudicados.

Direito Penal e Processual Penal**68**

Relativamente ao princípio de vedação de auto-incriminação, analise as afirmativas a seguir:

- I. O direito ao silêncio aplica-se a qualquer pessoa (acusado, indiciado, testemunha, etc.), diante de qualquer indagação por autoridade pública de cuja resposta possa advir imputação da prática de crime ao declarante.
- II. O indiciado em inquérito policial ou acusado em processo criminal pode ser instado pela autoridade a fornecer padrões vocais para realização de perícia sob pena de responder por crime de desobediência.
- III. O acusado em processo criminal tem o direito de permanecer em silêncio, sendo certo que o silêncio não importará em confissão, mas poderá ser valorado pelo juiz de forma desfavorável ao réu.
- IV. O Supremo Tribunal Federal já pacificou entendimento de que não é lícito ao juiz aumentar a pena do condenado utilizando como justificativa o fato do réu ter mentido em juízo.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

69

Relativamente à prisão temporária, assinale a afirmativa correta.

- (A) A prisão temporária poderá ser decretada em casos de grande repercussão pública para garantir a ordem pública, em crimes como roubo, estupro com resultado morte e homicídio qualificado.
- (B) São requisitos para a decretação da prisão temporária a garantia da ordem pública, da ordem econômica ou ainda a necessidade de aplicação da lei penal e a conveniência da instrução criminal.
- (C) A prisão temporária poderá ser requerida pelo delegado de polícia ou pelo promotor de justiça, devendo o juiz decidir em até vinte e quatro horas, dispensada a fundamentação em caso de urgência.
- (D) São princípios que se aplicam ao regime da prisão temporária a taxatividade e inadmissibilidade de renovação automática.
- (E) A prisão temporária será decretada por dez dias, prorrogáveis por mais dez dias, salvo nos casos de crimes hediondos em que o prazo será de trinta dias, prorrogáveis por mais trinta dias.

70

Relativamente ao princípio da presunção de inocência, analise as afirmativas a seguir:

- I. O indiciado em inquérito policial ou acusado em processo criminal deve ser tratado como inocente, salvo quando preso em flagrante por crime hediondo, caso em que será vedada a concessão de liberdade provisória.
- II. Só é lícito o uso de algemas em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e a nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do estado.
- III. Milita em favor do indivíduo o benefício da dúvida no momento da prolação da sentença criminal: *in dubio pro réu*.
- IV. A presunção de inocência é incompatível com as prisões cautelares antes de transitada em julgado a sentença penal condenatória.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

71

Um domingo, ao chegar em casa vindo do jogo de futebol a que fora assistir, Tício encontra sua esposa Calpúrnia traindo-o com seu melhor amigo, Mévio. No mesmo instante, Tício saca sua arma e dispara um tiro na cabeça de Calpúrnia e outro na cabeça de Mévio. Embora pudesse fazer outros disparos, Tício guarda a arma. Ato contínuo, apercebendo-se da besteira que fizera, coloca os amantes em seu carro e parte em disparada para um hospital. O trabalho dos médicos é extremamente bem-sucedido, retirando a bala da cabeça dos amantes sem que ambos tivessem qualquer espécie de seqüela. Aliás, não fosse a imediata atuação de Tício, Calpúrnia e Mévio teriam morrido. Com efeito, quinze dias depois, ambos já retornaram às suas atividades profissionais habituais.

A partir do texto, assinale a alternativa que indique o crime praticado por Tício.

- (A) lesão corporal leve
- (B) lesão corporal grave
- (C) tentativa de homicídio
- (D) Tício não praticou crime
- (E) exercício arbitrário das próprias razões

72

Relativamente ao Direito Penal Brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os crimes unissubsistentes, habituais próprios, comissivos e permanentes na forma omissiva não admitem tentativa.
- II. Considera-se desistência voluntária ou arrependimento posterior a conduta do agente que, depois de consumado o crime, repara o dano causado respondendo o agente somente pelos fatos praticados.
- III. Considera-se impossível o crime quando o meio utilizado pelo agente é relativamente incapaz de alcançar o resultado.
- IV. Nos crimes tentados, aplica-se a pena do crime consumado reduzindo-a de 1/3 a 2/3, ao passo que no arrependimento eficaz se aplica a pena do crime consumado reduzindo-a de 1/6 a 1/3.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

73

Relativamente ao regime legal das citações e intimações, analise as afirmativas a seguir:

- I. A citação inicial far-se-á por mandado, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado; por carta precatória quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante; e por carta rogatória se estiver no estrangeiro. Em nenhum caso a prescrição será suspensa.
- II. O réu poderá ser citado com hora certa, aplicando-se ao processo penal as regras estabelecidas no Código de Processo Civil, no caso em que o réu se oculta para não ser citado.
- III. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, respeitado o disposto no art. 312.
- IV. O processo não seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo, suspendendo-se o processo e a prescrição até que o réu seja encontrado.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.

74

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O erro de tipo incide sobre os elementos que integram o tipo penal, abrangendo qualificadoras, causas de aumento e agravantes.
- (B) O erro de tipo exclui o dolo, mas o comportamento pode ser punido a título culposo se o erro for escusável.
- (C) O erro de proibição incide sobre a ilicitude do fato, atuando como causa excludente de culpabilidade.
- (D) No crime putativo, o agente crê estar cometendo um delito e age com consciência do ilícito, mas não é crime; no erro de proibição o agente acredita que nada faz de ilícito, quando, na realidade, trata-se de um delito.
- (E) O erro quanto aos pressupostos fáticos de uma causa de exclusão de ilicitude, o erro quanto à existência de uma causa excludente de ilicitude e o erro quanto aos limites de uma excludente de antijuridicidade são considerados discriminantes putativos.

75

Relativamente ao regime legal das interceptações telefônicas, analise as afirmativas a seguir:

- I. Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
- II. A interceptação telefônica não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo se comprovada a indispensabilidade desse meio de prova.
- III. A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento da autoridade policial durante a investigação criminal e na instrução processual penal.
- IV. A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial sem que as partes tomem conhecimento desse material.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas a afirmativa I estiver correta.

76

Relativamente aos crimes contra o meio ambiente, analise as afirmativas a seguir:

- I. Nos crimes previstos na Lei 9.605/98, o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente constitui circunstância que atenua a pena.
- II. Nos crimes previstos na Lei 9.605/98, a prática do crime no domingo é circunstância que agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime.
- III. Constitui crime reformar estabelecimentos potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.
- IV. Constitui crime impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas a afirmativa II estiver correta.

77

Relativamente à competência no processo penal, analise as afirmativas a seguir:

- I. Na determinação da competência por conexão, em caso de concurso de jurisdições da mesma categoria, observa-se a regra da preponderância da jurisdição em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade.
- II. A competência prevista na Constituição Estadual de foro por prerrogativa de função para procurador do estado não prevalece sobre a competência prevista na Constituição Federal do julgamento pelo tribunal do júri para crimes dolosos contra a vida.
- III. É possível a separação de processos em razão do número excessivo de acusados.
- IV. A competência prevista na Constituição Federal de foro por prerrogativa de função para juiz de direito prevalece sobre a competência prevista na Constituição Federal do julgamento pelo tribunal do júri para crimes dolosos contra a vida.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Legislação Especial

78

Relativamente aos juizados especiais criminais, analise as afirmativas a seguir:

- I. São princípios que orientam os juizados especiais a oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual, celeridade e a busca pela conciliação.
- II. Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, na forma da lei local, preferentemente entre bacharéis em Direito que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.
- III. Os atos processuais serão públicos, sendo vedada sua realização em horário noturno.
- IV. É possível a aplicação dos institutos da conciliação e da transação no tribunal do júri nas infrações de menor potencial ofensivo conexas com crimes dolosos contra a vida.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.

79

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Considera-se criança, para os efeitos da lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade, mas há casos em que as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) se aplicam às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- (B) A internação constitui medida privativa da liberdade que não comporta prazo determinado e só poderá ser aplicada quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
- (C) São direitos dos adolescentes, entre outros: ser tratado com respeito e dignidade, permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável, peticionar diretamente a qualquer autoridade e ter acesso aos meios de comunicação social.
- (D) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade judicial competente.
- (E) Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e conseqüências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

80

Relativamente aos juizados especiais criminais, analise as afirmativas a seguir:

- I. No rito processual previsto na Lei 9.099/95, oferecida a denúncia, o juiz deverá dar a palavra ao defensor para responder à acusação antes de decidir se recebe a inicial.
- II. Da sentença que homologa a transação penal cabe apelação no prazo de dez dias.
- III. Não se imporá prisão em flagrante nem se exigirá fiança ao autor de infração de menor potencial ofensivo, desde que após a lavratura do termo ele concorde em comparecer ao juizado especial.
- IV. É possível a proposta de transação penal nas infrações de menor potencial ofensivo, mesmo quando o autor do fato já tiver sido condenado anteriormente, com sentença transitada em julgado, por contravenção penal.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

81

Relativamente à Lei Maria da Penha (11.340/2006), assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Considera-se violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras condutas, a conduta que configure destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.
- (B) A Lei Maria da Penha (11.340/2006) não considera violência doméstica contra a mulher a omissão baseada no gênero que lhe cause sofrimento apenas psicológico em uma relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida.
- (C) Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, medidas protetivas de urgência, dentre elas o afastamento do lar, proibição de aproximação da ofendida e a prestação de alimentos provisórios.
- (D) É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- (E) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata essa lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

82

Relativamente à lei que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas (Lei 11.343/2006), analise as afirmativas a seguir:

- I. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar só poderá ser submetido às seguintes penas: advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade ou medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
- II. As glebas cultivadas com plantações ilícitas serão expropriadas, conforme o disposto no art. 243 da Constituição Federal, de acordo com a legislação em vigor.
- III. O juiz, na fixação das penas dos crimes previstos na Lei 11.343/2006, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.
- IV. É crime a associação de duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 da Lei 11.343/2006.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Direito do Trabalho

83

Em relação ao contrato de trabalho instituído pela *Lei de Estímulo aos Novos Empregos – Lei 9.601/98*, considere as seguintes assertivas:

- I. As estabilidade da gestante, do dirigente sindical e do acidentado são garantidas durante o curso do contrato de trabalho.
- II. A prorrogação por mais de uma vez é permitida, desde que respeitado o prazo máximo de dois anos previsto no *caput* do art. 445 da CLT.
- III. A empresa terá alguns incentivos, entre eles, uma redução na ordem de 2% (dois por cento) na contribuição para o FGTS ao mês, tendo em vista a intenção social da lei.
- IV. Ao término da duração do contrato será indevida a indenização sobre os depósitos do FGTS e aviso prévio.
- V. O valor da indenização de rescisão antecipada devida pela parte que der causa imotivada a ela será previsto na norma coletiva.

Assinale:

- (A) se apenas as assertivas I, II e V estiverem corretas.
- (B) se apenas as assertivas I, II e IV estiverem corretas.
- (C) se apenas as assertivas II, III e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as assertivas I, II, IV e V estiverem corretas.
- (E) se todas as assertivas estiverem corretas.

84

A respeito do tema Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho, assinale a afirmativa correta.

- (A) A participação de empregado em movimento grevista implica suspensão do contrato de trabalho, ficando o empregador, portanto, autorizado a não efetuar o pagamento dos salários nos dias de paralisação, observada a Lei 7.783/89.
- (B) Durante a suspensão do contrato o empregador não pode despedir os empregados que aderiram ao movimento grevista, podendo, no entanto, contratar, em qualquer caso, trabalhadores substitutos.
- (C) O afastamento da mulher vítima de violência por até 6 meses é caso de interrupção do contrato de trabalho, estando garantido o pagamento dos salários do período.
- (D) Quando dirigente sindical tiver que se ausentar por motivo de viagem internacional representando o sindicato, o tempo de ausência caracteriza-se como licença não-remunerada, hipótese de suspensão do contrato.
- (E) A partir do 15º dia do acidente de trabalho, o contrato é suspenso, mas o empregador continua obrigado ao depósito do FGTS e o tempo de serviço é computado para todos os efeitos.

85

No que tange ao *Trabalho do Menor*, é correto afirmar que:

- (A) quando o menor de 18 (dezoito) anos for empregado em dois estabelecimentos, as horas de trabalho computadas não poderão ultrapassar 40 horas semanais.
- (B) o empregador é obrigado a conceder ao menor o tempo necessário para a frequência às aulas, mas no período de férias escolares deverão ser compensadas as faltas ocasionadas nos dias de prova.
- (C) aos menores de 18 anos é proibida, de acordo com a CLT, a concessão fracionada das férias.
- (D) ao menor é proibido cumprir horas extraordinárias em razão de exigências rotineiras e permanentes da empresa.
- (E) a capacidade plena é concedida ao trabalhador a partir de 18 anos; no entanto, a idade mínima para trabalhar com produtos farmacêuticos e em minas de subsolo é de 21 anos.

86

Considere as seguintes assertivas sobre o Trabalho da Mulher e a Proteção à Maternidade:

- I. O trabalho noturno da mulher é permitido, sendo devido o adicional noturno de 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo.
- II. Ao empregador é vedado utilizar a empregada em atividades que impliquem o emprego de força muscular igual ou superior a 20 (vinte) quilos para o trabalho contínuo.
- III. Para amamentar o próprio filho até que complete 6 (seis) meses, a mãe terá direito a três intervalos especiais, de meia hora cada um.
- VI. A mãe adotiva tem direito à licença-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias e ao salário-maternidade.
- V. Em consonância com a Constituição Federal/88, é necessária a existência de creches para assistência gratuita aos filhos e dependentes do trabalhador do sexo feminino ou masculino desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade.

Assinale:

- (A) se somente uma assertiva for falsa.
- (B) se somente duas assertivas forem falsas.
- (C) se somente três assertivas forem falsas.
- (D) se somente quatro assertivas forem falsas.
- (E) se todas as assertivas forem falsas.

Direito Internacional Público

87

Os sujeitos de Direito Internacional são:

- (A) Estados, Organizações Governamentais Internacionais, Organizações Não-Governamentais, blocos regionais.
- (B) Estados, Organizações Governamentais Internacionais, Organizações Não-Governamentais, pessoas jurídicas e indivíduos.
- (C) Estados, Organizações Governamentais Internacionais, Organizações Não-Governamentais, pessoas jurídicas, indivíduos e blocos regionais.
- (D) Estados, Organizações Governamentais Internacionais, Organizações Não-Governamentais, pessoas jurídicas e blocos regionais.
- (E) Estados, Organizações Governamentais Internacionais, pessoas jurídicas, indivíduos e blocos regionais.

88

Entende-se por Mercado Comum um tipo de integração regional caracterizado por:

- (A) eliminação das barreiras comerciais tarifárias e não-tarifárias e harmonização das políticas comerciais, sociais e regulatórias dos países membros.
- (B) eliminação das barreiras comerciais tarifárias e não-tarifárias.
- (C) eliminação das barreiras comerciais tarifárias e não-tarifárias, harmonização das políticas comerciais, sociais e regulatórias dos países membros mais o estabelecimento de moeda comum.
- (D) negociações de reduções tarifárias com o intuito de fomentar o intercâmbio de setores da economia entre os países signatários.
- (E) criação de área livre de tributos e encargos de todas as naturezas.

89

Sobre a “Proteção aos Direitos Humanos”, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os Direitos Internacionais de Proteção à pessoa humana vêm a resguardar o homem quando o Estado que o tutela falha ao fazê-lo.
- II. As regras de Direito Humanitário, constantes das Convenções de Genebra, por se constituírem em *jus cogens* são *erga omnes*.
- III. O Tribunal Penal Internacional é jurisdição não recepcionada pela Constituição Brasileira conforme seu art. 5º, inciso XXXVIII, que não admite juízo ou tribunal de exceção.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

90

A competência da Corte Internacional de Justiça é conferida:

- (A) pelo art. 94 da Carta das Nações Unidas quando obriga seus membros a se comprometerem com suas decisões.
- (B) pelas partes de sua jurisdição, quando a aceitam a qualquer tempo, mediante cláusula compromissória, segundo o art. 36, parágrafo 2º, de seu estatuto.
- (C) por qualquer Tratado que trate sobre a matéria desde que assinado pelas partes litigantes respeitado o princípio da reciprocidade.
- (D) pela própria Corte Internacional de Justiça atendidos os pressupostos do art. 36, parágrafo 2º, letras a, b, c e d.
- (E) pela existência de condição material, ou seja, de controvérsia entre os litigantes sobre matéria constante de tratado internacional.

Regimento Interno do Senado Federal

91

Constitui atribuição do Presidente do Senado:

- (A) convocar e presidir as sessões conjuntas do Congresso Nacional.
- (B) encaminhar os papéis distribuídos às comissões.
- (C) assinar as atas das sessões secretas, uma vez aprovadas.
- (D) declarar prejudicada proposição que assim deva ser considerada, na conformidade regimental.
- (E) desempatar as votações, quando ostensivas.

92

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) No caso de veto, a Comissão Mista tem o prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua constituição, para apresentar seu relatório.
- (B) Após comunicado o veto ao Presidente do Senado, este designa a Comissão Mista, e a esta incumbe relatá-lo e fixar o calendário de sua tramitação.
- (C) O veto do Presidente da República é apreciado em sessão conjunta das Casas do Congresso Nacional.
- (D) A Comissão Mista compõe-se de 3 (três) Senadores e 3 (três) Deputados, indicados pelos Presidentes das respectivas Câmaras.
- (E) O prazo de 30 (trinta) dias para apreciação do veto é contado a partir da sessão convocada para conhecimento da matéria.

93

A respeito das comissões temporárias, analise as afirmativas a seguir:

I. As comissões temporárias do Senado podem ser internas, externas e parlamentares de inquérito.

II. Uma das causas da extinção das comissões temporárias consiste no término da sessão legislativa ordinária.

III. Nos períodos de recesso do Congresso Nacional, suspende-se o prazo das comissões temporárias.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas a afirmativa I estiver correta.

94

Assinale a afirmativa correta.

- (A) Ofícios, telegramas, cartas, memoriais e a apresentação de projeto ou indicação constituem matéria do Período de Expediente do Senado.
- (B) No Período de Expediente podem ser objeto de deliberação requerimentos pertinentes a proposições constantes da Ordem do Dia.
- (C) O início do horário da Ordem do Dia é impreterível e não admite prorrogação.
- (D) No período da Ordem do Dia não podem ser examinadas matérias urgentes.
- (E) A designação da Ordem do Dia para a primeira sessão de cada sessão legislativa é efetuada na última sessão da sessão legislativa anterior.

95

Em relação à convocação e comparecimento de Ministro de Estado, é **incorreto** afirmar que:

- (A) no caso de comparecimento, o Ministro de Estado ocupará o lugar no plenário que a Presidência lhe indicar.
- (B) o próprio Ministro, mediante entendimento com a Mesa do Senado, pode solicitar seu comparecimento, para expor assunto de relevância de seu Ministério.
- (C) a convocação decorre de deliberação do Plenário do Senado, ou de Comissão Mista com designação especial.
- (D) após a exposição do Ministro, abre-se a fase de interpelação, pelos senadores inscritos, dentro do assunto tratado.
- (E) o Ministro de Estado só pode ser aparteado na fase das interpelações, desde que o permita.

96

No que tange à votação em sessão conjunta das Casas do Congresso Nacional, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) As emendas com subemendas serão votadas uma a uma, salvo deliberação em contrário, sendo que as subemendas substitutivas ou supressivas serão votadas antes das respectivas emendas.
- (B) As votações poderão ser realizadas pelos processos simbólico, nominal e secreto.
- (C) Na votação secreta, a apuração será feita pela Mesa, cujo Presidente convidará para escrutinadores um Senador e um Deputado, preferentemente pertencentes ao mesmo partido político.
- (D) Estando presente na sessão conjunta, o parlamentar pode deixar de votar em assunto de interesse pessoal, mas seu comparecimento será computado para efeito de *quorum*.
- (E) Havendo substitutivo, terá preferência sobre o projeto se de autoria da Comissão, ou se dela houver recebido parecer favorável, salvo deliberação em contrário.

97

Em relação à posse, analise as afirmativas a seguir:

- I. A posse do Senador se faz em ato público no qual é investido no mandato, devendo a respectiva reunião ser precedida da apresentação à Mesa do diploma expedido pela Justiça Eleitoral.
- II. Se o Senado estiver em recesso, a posse do Senador realizar-se-á perante a respectiva Mesa, podendo o empossado apresentar seu diploma no início da próxima sessão legislativa.
- III. O Senador deverá tomar posse dentro de noventa dias, contados da data de sua eleição, mas, a pedido do interessado e por motivo justificado, o prazo pode ser prorrogado por mais sessenta dias.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil

98

Entre as hipóteses abaixo, qualifica-se como de impedimento o exercício da advocacia:

- (A) por militares de qualquer natureza, na ativa.
- (B) por ocupantes de cargos ou funções de direção em órgãos da Administração Pública.
- (C) por ocupantes de cargos ou funções que tenham competência para a fiscalização de tributos.
- (D) pelos membros do Poder Legislativo, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público.
- (E) pelos membros do Ministério Público e dos Conselhos de Contas.

99

Constituem direitos do advogado:

- (A) retirar, como regra, autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias.
- (B) reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento.
- (C) ser publicamente desagradado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela.
- (D) ingressar livremente nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, escritórios de justiça, serviços notariais e de registro.
- (E) não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela OAB, e, na sua falta, em prisão domiciliar.

100

É correto afirmar que o advogado:

- (A) tem imunidade profissional, não constituindo desacato punível qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade.
- (B) pode ser preso em flagrante, por motivo de exercício da profissão, em caso de crime grave contra a honra.
- (C) pode, no caso de infração, sujeitar-se às sanções de advertência, censura, multa, suspensão ou exclusão.
- (D) está sujeito à sanção de exclusão no caso de ter sofrido, por duas vezes, a aplicação de suspensão.
- (E) não tem direito a vista de processo judicial que tramite sob regime de segredo de justiça.

Realização



F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS

<http://concurso.fgv.br>